

De: [noreply@ar.parlamento.pt](mailto:noreply@ar.parlamento.pt) [mailto:noreply@ar.parlamento.pt]

Enviada: segunda-feira, 1 de Junho de 2015 16:25

Para: DAC Correio

Assunto: Apreciação Pública do(a) Projeto Lei Nº 790/XII

## Contributo para a Apreciação Pública do Projeto Lei Nº 790/XII

<b>Diploma:</b>	Projeto Lei
<b>N.º:</b>	790/XII
<b>Identificação do sujeito ou entidade:</b>	Soraia Silva
<b>Morada ou Sede:</b>	
<b>Local:</b>	
<b>Código Postal:</b>	
<b>Endereço Eletrónico:</b>	
<b>Texto do Contributo:</b>	<p>Vários problemas podem ser apontados ao projecto de lei, mas fixar-me-ei em dois: 1. O projecto de lei claramente tenta contrariar a lei que permite a IVG, o que por si mesmo já deveria ser motivo para não ser levado adiante. Uma coisa é salientar os direitos à maternidade e/ou à paternidade, direitos que concordo merecerem uma revisão das condições sociais que o Estado lhes dá, outra coisa é querer estipular o direito a nascer acima de quem voluntariamente pretende abortar. Se, como o projecto identifica no ponto 3, o Bem-Comum exige, em primeira instância, o respeito pela Liberdade, esta Liberdade deve ser concedida de igual forma às mulheres que, estando grávidas, querem ser mães e às que não querem. As propostas do Direito a Nascer e de reconhecer o nascituro como membro do agregado familiar claramente contrariam a lei da IVG e são um atentado à liberdade individual da mulher. 2. As questões económicas mencionadas, onde se pede a revogação de regalias sociais da mulher que interrompe a gravidez, invocam a crise e a despesa do Erário Público. Gostaria de dizer que não percebo em que medida é que obrigar mulheres a darem à luz crianças indesejadas fica mais 'barato' do que as tais regalias sociais. Certamente que uma parte das mulheres que interrompem a gravidez não o fariam se fosse pago, por impossibilidade económica, o que provocaria a existência de tentativas clandestinas de interrupção da gravidez. O direito da mulher à saúde sexual é uma questão de Saúde Pública, e a lei existente para a IVG é essencial para esse mesmo direito. Mas também podemos elevar a sugestão ao absurdo: este projecto de lei considera que a IVG é um factor de injustiça social e que quem procura um aborto deve pagá-lo. Se calhar quem é internado/a no hospital por ter sofrido um acidente de viação quando conduzia bêbado/a também deveria pagar as despesas do seu bolso; quem é fumador(a) deveria pagar pelas suas consultas de oncologia; quem é obeso/a deveria pagar pela introdução de uma banda gástrica; enfim, podemos simplesmente pedir para terminar tudo aquilo que corresponde a um Sistema Nacional de Saúde. Já agora, podemos pedir para deixar de pagar impostos e ficamos todos contentes (eu não, mas os subscritores deste projecto de lei possivelmente sim). Aponto ainda mais dois pequenos comentários: . Considero que o ponto 6 extravasa em muito a intenção do projecto de lei. . O AO introduziu alterações à grafia de certas palavras e não às regras de utilização das vírgulas.</p>
<b>Data:</b>	01-06-2015 16:25:12